

Especialistas apontam que o PIB crescerá até 2019. Depois, não há garantias

Após ter encolhido 7% entre 2015 e 2016, o Produto Interno Bruto do ano passado, que será divulgado na próxima quinta-feira pelo IBGE, voltará a ser positivo. Mercado aposta em alta de 1,1%. Para este ano, a expectativa é de crescimento de 2,8%

HF Hamilton Ferrari - Especial para o Correio **RH** Rosana Hessel

postado em 26/02/2018 06:00 / atualizado em 25/02/2018 23:08

No próximo dia 1º, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgará o resultado das contas nacionais de 2017, confirmando a retomada do crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) após ter encolhido 7% entre 2015 e 2016. Especialistas alertam, no entanto, que, com o adiamento da reforma da Previdência, a nova onda de rebaixamentos e o aumento das incertezas em torno das eleições, não há garantias de que a previsão de expansão de 2,8% neste ano conseguirá ser mantida de forma sustentável a partir de 2020, mesmo essa taxa podendo se repetir em 2019 devido à inércia do início da retomada.

As previsões do mercado indicam alta de 1,1% para o PIB de 2017. É a projeção da coordenadora do Boletim Macro do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas (Ibre-FGV), Silvia Matos, que cita leve retomada do consumo, dos serviços e da produção industrial. No entanto, ela adianta que, no quarto trimestre do ano passado, a economia cresceu menos em relação aos três meses imediatamente anteriores. “Nos últimos quatro meses do ano, não havia mais efeito das medidas de estímulo ao consumo, como a liberação das contas inativas do FGTS”, destaca.

Apesar de prever expansão de 2,9% para 2018, Silvia admite que o ritmo é inercial, devido à inflação abaixo de 3% e à queda dos juros, cujo impacto começa a aparecer na economia. As estimativas favoráveis não estão garantidas em médio e longo prazos, ressalta. Os economistas ouvidos pelo Correio reconhecem que não é possível afirmar que o país retomou a rota do crescimento sustentável. Pelo contrário. Crescem os riscos fiscais com o enterro da reforma da Previdência. Tanto que a Fitch Ratings seguiu os passos da Standard & Poor's e rebaixou a nota de risco do país de BB para BB- na sexta-feira passada, deixando o país três níveis abaixo do grau de investimento. Na próxima semana, deve ser a vez da Moody's.

Especialistas afirmam que esses downgrades são péssimos para as contas públicas. As previsões das agências indicam que a dívida pública bruta tem chances de ultrapassar o patamar de 80% do PIB em 2018, podendo alcançar 100% antes de 2023, o que indica a insolvência. “Sem dúvida, a dívida preocupa. Há risco de que ocorra uma situação de insuficiência de caixa”, alerta **Alex Agostini, economista-chefe da Austin Rating, agência de classificação de risco nacional**. Ele avisa que, sem a reforma da Previdência, o país diminui o fôlego para investimentos.

O recuo da taxa de formação de capital bruto fixo (FBCF) persiste, apesar de uma leve melhora na compra de máquinas e equipamentos. A ociosidade da indústria ainda é alta, próxima a 30%, porque as incertezas políticas travam investimentos de maior qualidade, de longo prazo, que só ocorrerão quando houver condições mais sólidas de inflação e juros baixos, além de previsibilidade no governo. Pelas estimativas do Ibre, o investimento no país encolheu 1,9% em 2017.

Sergio Vale, economista-chefe da MB Associados, acredita que a retomada do investimento poderá ser alavancada ao longo de 2018, quando houver mais sinais positivos, especialmente depois da confirmação da impugnação da candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. “Os riscos estão diminuindo, o que ajuda a manter a expectativa positiva para 2018. Para o ano que vem, dependemos totalmente do resultado eleitoral”, avalia. Ele prevê alta de 1,1% em 2017 e de 3,5% em 2018, mas admite que os cenários em torno das eleições ditarão o rumo das expectativas do mercado.

A economista Alessandra Ribeiro, sócia da Tendências Consultoria, prevê expansão de 1,1% no PIB de 2017, de 2,8%, em 2018, e de 3,2%, em 2019. Ela avalia que o ritmo mais acelerado é consequência do cenário externo mais favorável. “O adiamento da reforma já estava no preço e, por isso, não houve estresse na bolsa. Mas o fiscal é um grande imbróglio que precisará ser resolvido em 2019. O ritmo de retomada estará comprometido se o próximo presidente não fizer reformas”, pontua, acrescentando que o teto dos gastos deverá ser descumprido no ano que vem.

Voo de galinha

Apesar de o PIB voltar ao azul após dois anos no vermelho, o presidente Michel Temer enterrou de vez as chances de votar a reforma da Previdência, ao decretar a intervenção federal no Rio de Janeiro. Mesmo com o pacote de 15 medidas prioritárias, a maioria requeitada, integrantes do governo têm dúvidas se ele continuará comprometido com a agenda. Em um ano eleitoral e com Copa do Mundo, o comentário na Esplanada dos Ministérios é que 2018 já acabou em termos de aprovações no Legislativo. Agora, resta olhar para 2019 e fazer as apostas sobre as eleições.

Pelas contas de técnicos do Ministério do Planejamento, a suspensão da tramitação da PEC da Previdência no Congresso fará com que o governo deixe de economizar quase R\$ 19 bilhões nas despesas públicas, sendo R\$ 5 bilhões neste ano e R\$ 14 bilhões em 2019. Essa cifra não seria coberta, por exemplo, com a receita estimada de R\$ 12,5 bilhões com a desestatização da Eletrobras, ainda uma incógnita para 2018. “As perdas vão aumentar a incapacidade do governo de investir, e afastar investidores que estariam aptos a aplicarem no Brasil”, explica **Agostini, da Austin**. Para ele, o potencial de perdas pode chegar a 36% do PIB — 19% do setor público e 17% do privado.

Silvia Matos reconhece o risco de a economia registrar um “voo de galinha” durante este ano e o próximo. Ela não descarta a possibilidade de queda no PIB a partir de 2020, e demonstra preocupação com o excesso de otimismo nos mercados. “Ninguém se preocupa com o longo prazo. Depois da neblina, existe um abismo para o qual o país está se dirigindo novamente”, alerta.

Na avaliação do professor de Economia da Universidade de Brasília José Luis Oreiro, a capacidade de crescimento atual é de 2% ao ano, mas o país não consegue expansão acima de 3% sem destravar portos e rodovias devido à falta de investimentos em infraestrutura. “Quando a folga acabar, provavelmente, a partir de 2020, o país não vai crescer, porque baterá na deficiência estrutural”, sentencia.